

A INDÚSTRIA CULTURAL, O ESTADO E A QUESTÃO DEMOCRÁTICA*

Antonio Álvaro Barbosa SÁ

ICH e IAC - PUCCAMP

O debate sobre o papel da Indústria Cultural nas democracias modernas e sua articulação com o desenvolvimento do capitalismo constitui-se em um problema que, muitas vezes, não é analisado com o cuidado que a questão exige.

Podemos encontrar em Habermas uma importante contribuição para a referida questão. De acordo com esse autor, a imprensa comercial tornou-se possível somente com o estabelecimento do Estado de Direito Constitucional no século XIX na Europa e nos Estados Unidos. A partir de então, foi possível à imprensa abandonar sua posição exclusiva de defesa das liberdades democráticas e assumir interesses mercadológicos.¹

Por outro lado, o processo da constituição de uma imprensa mercadológica se insere na mudança estrutural da esfera pública, onde a ampliação do espaço público, com o desenvolvimento do consumo de bens culturais (livros, jornais, revistas etc.), dá-se, todavia, através da perversão da publicidade. A esfera pública democrática, entendida como espaço de argumentação e debate racional, ao ser invadida por interesses privados - marketing - transforma-se em um espaço de manipulação e demonstração para o consumo de bens culturais.

(*) Este texto é uma apresentação de resultados parciais da pesquisa desenvolvida para minha Dissertação de Mestrado em Ciência Política. ICf. Sá, Antonio Álvaro Barbosa. *Jornal Nacional: Política e Ideologia*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992)

Posteriormente, ao analisar a crise da esfera pública burguesa no capitalismo monopolista, e a constituição da Indústria Cultural, Habermas verifica que em sociedades onde, no séc. XX, o **welfare state** propicia aos cidadãos uma ampliação de seus direitos fundamentais, a intervenção estatal nos meios de comunicação deu-se com o objetivo de preservar os espaços públicos de caráter democrático, da penetração da publicidade demonstrativa e manipulativa.

O processo de formação de uma Indústria Cultural no Brasil, enquanto um sistema de complexos empresariais, diferentemente da situação européia, ganha maior nitidez em meados dos anos sessenta do séc. XX, quando se completa a formação das bases materiais e políticas que a tornaram possível.

Dentre o conjunto de transformações pelas quais passa a sociedade brasileira, o primeiro aspecto que merece ser mencionado diz respeito às transformações econômicas do país. A formação social brasileira ingressa na etapa monopolista do processo de acumulação capitalista com o término do processo de substituição de importações. Em virtude de seu próprio caráter tardio, este processo se faria apoiado não só no capital nacional, mas também no capital estrangeiro e no Estado, que teria grande peso e atuação². Em termos cronológicos, entre 1956-61, o crescimento industrial se deu com base no departamento de bens de produção e no de bens de consumo capitalista ou durável, estando estes últimos subordinados aos primeiros. O período de 1962-67 foi caracterizado pela recessão e o de 1968-74 marcado por um novo ciclo de crescimento: o período do "milagre", com liderança clara do setor de duráveis, principalmente os automóveis e a construção civil.³

Outro aspecto importante para a consolidação da Indústria Cultural foi o reordenamento político do país após o Golpe de 1964, que levou ao autoritarismo e cujos sinais de esgotamento tornam-se nítidos a partir de meados dos anos setenta.⁴ O novo pacto de poder fundamentado numa aliança entre a burguesia, classes médias e

militares, excluindo as classes populares, redefiniu as relações entre burguesia e Estado.⁵

Portanto, foi nos marcos do capitalismo tardio e sob um regime burocrático autoritário controlado pelos militares, onde parte dos direitos de cidadania foram restringidos ou extintos, que a Indústria Cultural se desenvolveu e ganhou a sua especificidade no Brasil.

Examinando mais cuidadosamente o processo de estruturação da Indústria Cultural, percebe-se que alguns aspectos favoráveis ao seu desenvolvimento derivaram do seu próprio monopolismo. Outros derivaram de medidas governamentais para preparar a expansão capitalista, ou ainda, do próprio autoritarismo do regime.⁶

Retomando a questão econômica, pode-se notar que a industrialização ocasionou um processo de concentração e centralização do capital⁷ ao lado de uma maior divisão social e técnica do trabalho.⁸ Acrescentam-se, ainda, os efeitos da urbanização, que aumentaram a diferenciação social. Isto se deu principalmente com a emergência dos novos setores da classe média ligados às áreas industriais e considerados improdutivos, como também, com o desenvolvimento do comércio e dos serviços. O crescimento do setor produtivo estatal e a modernização do próprio aparato do Estado também fornecem quadros para estes novos setores médios. A redistribuição de renda prejudicando os assalariados de base em favor tanto dos estratos médios mais altos (decorrentes da modernização política e econômica do pós-64) como da população de alta renda, ajudou a fazer desses novos setores médios o grande mercado para os produtos da nova indústria⁹ e também para os da Indústria Cultural.

A despeito da concentração de renda, parcelas das camadas de rendas mais baixas tiveram acesso a alguns itens desse mercado através do endividamento e do crescente número de trabalhadores em cada família.¹⁰ No entanto, esse mercado,

embora grande, em termos absolutos excluía boa parte da população brasileira.

O governo pós-64 realizou, ainda, uma ampla reforma do ensino que contribuiu na constituição de um mercado para a Indústria Cultural. Segundo Luis Antônio Cunha, essa reforma, feita entre 1969 e 1971, deveu-se em parte a pressões das camadas médias. Os setores que antes tinham atividades ligadas ao pequeno comércio e à indústria, diante da concentração do capital, passaram a demandar a Universidade. Esquemáticamente, a Reforma Universitária fez com que parte do ensino do terceiro grau passasse para a iniciativa privada e que o ensino de segundo grau também fosse reformulado, numa tentativa de desviar e absorver parte da demanda voltada para a Universidade.

O ensino de primeiro grau, todavia, foi o que, em termos absolutos, teve a maior expansão.¹¹ A questão do analfabetismo e os baixos índices de escolaridade foram questões urgentes na reforma do ensino. Além disso, o ensino foi uma obra de interesse para o Estado autoritário, com vistas à imposição de seus valores à sociedade. Paralelamente ao afastamento dos “docentes perigosos” e à instituição do decreto 477, foram criados os cursos de Moral e Cívica em todos os níveis. O Estado expandiu não só a escolarização formal, mas também os cursos paralelos, como o Mobral, o Projeto Minerva e diversos supletivos. A despeito de seu fracasso em termos qualitativos, esses supletivos contribuíram para aumentar o mercado de leitores dos produtos da Indústria Cultural, assim como contribuíram para que se criasse uma certa solidariedade entre o Estado e os meios de comunicação de massa nas mãos da iniciativa privada. Alguns desses cursos foram transmitidos não só pelas redes de emissoras educativas do governo, mas também, por emissoras de rádio e TV da rede privada. Já as editoras da iniciativa privada cuidaram da produção de fascículos e apostilas de certos cursos, que também foram fonte de receita e lucro. Por outro lado, a “socialização” promovida por um meio de comunicação podia ajudar a criar um mercado para

outros investimentos, uma vez que a "modernidade capitalista" era vendida em todos os programas, mesmo que de maneira distinta. Essa socialização, se promovida isoladamente, não seria condição para aumentar o mercado em potencial.¹²

Com a entrada do país na etapa monopolista, a publicidade firmou as bases de seu desenvolvimento. Nessa fase, ela ganha relevância no processo de acumulação, tanto como elemento que agiliza o processo de realização e de rotação do capital dos setores da economia ditos produtivos,¹³ como técnica privilegiada de competição entre grandes empresas.

A publicidade, sem dúvida alguma, conheceu um grande desenvolvimento. Entre 1970 e 1974, por exemplo, os investimentos nesta área passariam de 370 para 900 milhões de dólares.¹⁴

A importância da publicidade está em financiar, em parte ou totalmente, a maioria dos meios de comunicação, além de promover o grande desenvolvimento do "merchandising" no Brasil nesse período.¹⁵

Segundo Sérgio Miceli:

"(...) No decorrer da década de 70 a televisão foi canalizando uma proporção crescente de verbas publicitárias, tendo passado de 39,6% em 1970 para 57,8% em 1980, provocando, conseqüentemente, o recuo das mídias concorrentes quanto a participação no investimento publicitário. Nos últimos três anos, por conta da recessão e da crise econômica que afetou, embora em medida um tanto desigual, todos os setores dinâmicos da Indústria Cultural, o rádio apresentou ligeira melhora quanto a sua participação no reparte de investimentos publicitários (de 8,1% em 1980 para 9,8% em 1983), o consumo das revistas de entretenimento e de informação persiste em queda (de 14,0 para 11,5% em 1983), acumulando quase dez pontos percentuais de retração desde o início da década,

apenas os jornais tendo recuperado parte substancial do terreno perdido apropriando-se de 30% das verbas em publicidade em 1983 (...).¹⁶

Com a entrada na fase do capitalismo monopolista do processo de acumulação, a sociedade brasileira, portanto, passou por um conjunto de transformações econômicas e sociais cuja especificidade diz respeito a outro personagem: o Estado.

Na sociedade brasileira, "paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção e cultura e do mercado de bens culturais". (Ortiz, 1987) Todavia, a expansão das atividades culturais se fez associada a um controle estrito das manifestações que poderiam contrapor-se ao regime autoritário.

A importância do Estado diz respeito a um conjunto de fatores nos quais me deterei a seguir. A atuação direta do Estado na Indústria Cultural pode ser medida por sua participação junto à publicidade, seja na atividade econômica, através dos investimentos em bens de consumo coletivo, em infra-estrutura e no setor produtivo, seja por sua participação como anunciante. Depois de 1964, houve um volume muito grande de anúncios envolvendo estatais e o governo propriamente dito, tanto federal como estadual e local. Foi a época do "Brasil. ame-o ou deixe-o", "Ninguém segura este país" etc..

O Estado autoritário tomou medidas que, fundamentadas na Doutrina de Segurança Nacional, favoreceram a Indústria Cultural. Elas dizem respeito ao desenvolvimento da infra-estrutura de telecomunicações que, por sua vez, dá impulso à indústria eletrônica. Miceli esclarece a questão:

"A consolidação das redes de televisão no Brasil se viabilizou a partir da implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações (EMBRATEL) com seu plano de estações repetidoras e canais de micro-ondas. Entre 1968 e 1973, enquanto a economia crescia a uma taxa

média anual de 11%, o setor de equipamentos eletrônicos se expandia à taxa de 20%."¹⁷

Semelhantemente às áreas da chamada produção material, formou-se também uma espécie de tripé (Capital Nacional - Estado - Capital Estrangeiro). O capital nacional estava mais presente no rádio, na TV e na imprensa, embora se ligasse ao capital internacional por meio da publicidade: O Estado, embora não controlasse diretamente a Indústria Cultural, passou a intervir nas esferas de produção do teatro (Sistema Nacional de Teatro), do cinema (Embrafilme), do livro-didático (Instituto Nacional do Livro), das artes e do folclore (Funarte), além de promover a infra-estrutura tecnológica já mencionada anteriormente.

O Estado, portanto, foi fundamental para o desenvolvimento dessa indústria: gastou em publicidade, investiu em telecomunicações, cuidou da educação e forneceu subsídios para a renovação e ampliação de equipamentos, além de dar suporte ao modelo econômico cujo crescimento foi sustentado pelo setor de duráveis, que seriam anunciados pelos meios de comunicação.

A relação que se estabelece entre o Estado e os empresários no pós-64 passa a ser mais orgânica. O golpe de 64 mostra, neste aspecto, como os interesses militares e empresariais brasileiros se articularam para a derrubada do regime de Goulart.¹⁸ Os empresários da cultura não fogem à regra. Dentre os grupos livreiros que financiaram as atividades do IPES (Instituto de Pesquisas Sociais), estão as editoras Agir, Globo, Kosmos, LTB, Monterrey, Nacional, José Olímpio, Vecchi, Cruzeiro, Saraiva e GRD.¹⁹ Nesse sentido, como já mencionei anteriormente, existiu uma "afinidade" entre o Estado autoritário e o setor empresarial do livro.

As afinidades entre Estado e empresariado não se dão exclusivamente com respeito ao tripé do desenvolvimento econômico (Estado - Capital Nacional - Capital Internacional) ou com relação ao golpe de 64, mas também no nível ideológico. Neste aspecto

concordo com Renato Ortiz (1987) que, ao analisar a ação dos militares no campo das telecomunicações, aponta para as afinidades entre a Ideologia de Segurança Nacional e a “preocupação mercadológica” dos empresários da cultura. Segundo Ortiz:

“(...) Não deixa de ser curioso observar que o que legitima a ação dos militares no campo das telecomunicações é a própria Ideologia da Segurança Nacional. A idéia de “integração nacional” é central para a realização desta ideologia que impulsiona os militares a promover toda uma transformação na esfera das comunicações. Porém, como simultaneamente este Estado atua e privilegia a obra econômica, os frutos desse investimento serão colhidos pelos empresários televisivos. Não se pode esquecer que a noção de integração estabelece uma ponte entre os interesses dos empresários e dos militares, muito embora ela seja interpretada pelos industriais em termos diferenciados. Ambos os setores vêem vantagens em integrar o território nacional, mas enquanto os militares propõem a unificação política das consciências, os empresários sublinham o lado da integração do mercado.”²⁰

Ainda segundo Ortiz, no caso da sociedade brasileira, o processo de consolidação da Indústria Cultural

“se beneficiou, portanto, de um reforço político. O Estado autoritário teve interesse em eliminar os setores que pudessem oferecer alguma resistência. Nesse sentido, a repressão aos partidos políticos, aos movimentos sociais e a liberdade de expressão contribuiu para que fossem suprimidas as formas críticas de expressão cultural. Por outro lado, a política de concessões de canais de televisão privilegiou os grupos empresariais com maior afinidade com a área militar. A TV-Globo, principalmente, cujos contatos com os militares eram

*fortes, pode se beneficiar da "solidariedade" do regime que não hesitou em favorecê-la no caso Time-Life. Estabeleceu-se, a partir de então, uma aliança com o Estado autoritário, possibilitando que os objetivos de "Integração Nacional" pudessem ser concretizados na esfera da TV."*²¹

No caso da TV-Excelsior, o que acontece é justamente o oposto. Fundada pelo Grupo Simonsen em 1960, desde o início teve problemas em seu funcionamento. Sendo de orientação nacionalista e tendo apoiado João Goulart, foi invadida pelos militares e recebeu atenção especial da censura no pós-64.

A "face autoritária do Estado" manifestou-se também através da censura²² que, no caso da Indústria Cultural e principalmente da televisão, gerou conflitos não num embate entre o Estado e as emissoras de TV, mas no tratamento dado ao seu produto (programas). Novamente Ortiz esclarece a questão:

*"(...) Os interesses globais dos empresários da cultura e do Estado são os mesmos, mas topicamente eles podem diferir. Como a Ideologia de Segurança Nacional é "moralista" e a dos empresários é mercadológica, o ato repressor vai incidir sobre a especificidade do produto. Devemos, é claro, entender moralista no sentido amplo de costumes, mas também político. Mas se tivermos em conta que a Indústria Cultural opera segundo um padrão de despolíticação de conteúdos, temos nesse nível, senão uma coincidência de perspectiva, pelo menos uma concordância. O conflito se instaura quando ocorre o tratamento de cada produto pela censura, o que permite que a questão de fundo, a liberdade de expressão, ceda lugar a um outro tipo de reivindicação."*²³

O processo de constituição de uma Indústria Cultural, enquanto um sistema de complexos empresariais responsáveis pela produção de mercadorias culturais, no caso da formação social

brasileira, dá-se articulada com o Estado autoritário e por ele tutelada. Considerar a presença massiva do Estado na sociedade brasileira é fundamental, portanto, para a compreensão e análise das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa.

Em termos de estratégia política dos grupos hegemônicos durante o Regime Militar, o caráter autoritário do Estado Brasileiro se fundamentou, por um lado na censura, e por outro lado na política de concessões da radiodifusão. A partir da queda do Regime Militar, no entanto, apesar do fim da censura pouco se avançou no sentido de uma democratização do espaço público constituído pela Indústria Cultural, o que pode ser medido pela manutenção do grande empresariado no controle, principalmente, da televisão.

No que diz respeito à legislação sobre concessão podemos ressaltar algumas questões pertinentes para a discussão. A concessão de rádio e TV é regulamentada pelo Estado em todos os países, em virtude da limitação do campo de difusão das ondas hertzianas. No caso brasileiro, até a Constituição de 1988, o poder concedente era o executivo federal, na pessoa de seu chefe o presidente da República. Tal dispositivo legal, de caráter autoritário se adequou perfeitamente ao Regime Militar, e ao período de liberalização política a partir principalmente da eleição de Tancredo Neves e posteriormente durante o Governo Sarney.

Durante o governo Sarney, este instrumento foi fartamente utilizado no sentido de obter, concessão de canais de TV, o apoio político de deputados e de setores do empresariado aos projetos da presidência da república. A partir de 1988, com a nova Constituição, os atos do Executivo federal de concessão, permissão ou autorização para a radiodifusão passaram a ter que ser aprovados pelo Congresso Nacional. (art. 223)

A mudança no dispositivo legal introduziu, também, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, o Conselho de Comunicação Social. Em termos de resultados, as alterações

introduzidas na Constituição até o momento, tiveram como única mudança a instituição do "pacto de favores" entre executivo e legislativo na implementação de concessões. Além do referido Conselho, a Constituição de 1988 no art.221, estabelece que a produção e a programação de rádio e televisão atenderão os seguintes princípios:

I - Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo a produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

A despeito dos pontos acima apontarem, no texto legal, no sentido de um caráter mais democrático da produção televisiva, a centralização do processo decisório e o poder dos grupos econômicos que controlam o mercado da Indústria Cultural vêm se constituindo em entraves significativos para a democratização dos Meios de Comunicação. Deste modo pouco se avançou em termos de uma efetiva democratização dos meios de comunicação social, quer seja em termos de acesso à radiodifusão, quer seja em termos de uma ampliação do espectro de "vozes" e atores políticos presentes no espaço público constituído pela programação televisiva.

Em contraposição a esse quadro aparentemente pouco animador encontramos, por um lado, a diversificação do mercado de radiodifusão e as novas tecnologias de comunicação, e por outro lado, o movimento pela Democratização dos Meios de Comunicação, atualmente representado pelo Fórum Nacional da Democratização da Comunicação. O F.N.D. vem realizando junto à sociedade uma ampla campanha em favor da "Lei da Informação Democrática". Entre os pontos mais importantes do projeto que passou a tramitar na Câmara de Deputados a partir de abril de 92, podemos destacar:

- *Liberação das ondas do ar para rádios e tevês comunitárias, de baixa potência sem fins lucrativos, mediante registro no cartório local.*

- *Transparência total da administração pública.*

- *Fim dos monopólios de rádio e tv, em todas as regiões do país.*

- *Regionalização da produção, artística e jornalística na televisão, no rádio.*

- *Implantação prioritária do sistema público, gerido pela própria sociedade, de emissoras de rádio e televisão, uma em cada município.*

Direito de antena (horário gratuito) para os movimentos sociais e populares em cadeia estadual e nacional.

- *Garantias profissionais para os jornalistas (sigilo na fonte, cláusula de consciência, direito de assinar as matérias e participar do Conselho Editorial).*

- *Obrigações de um serviço de atendimento ao público, para todos os veículos de comunicação.*

- *Obrigações de ouvir os dois lados de toda questão, para todos os meios de comunicação social.*

A possibilidade da aprovação da Lei da Informação Democrática em uma Reforma Constitucional, assim como o aumento crescente de "Rádios Livres" e "Vídeos Populares" vinculados a movimentos sociais, Sindicatos, Associações, e Partidos Políticos, constitui uma tendência no sentido de democratização, cujos resultados são imprevisíveis. Na medida em que, no seu conjunto, estes fatores venham a formar um espaço público de debate e argumentação entre interlocutores próximos de uma situação de igualdade, temos aí elementos fundamentais para a democratização da sociedade brasileira. Por outro lado, o poder de pressão política, junto ao Estado, dos grupos dominantes na Indústria Cultural, como é o caso da TV-Globo, assim como o

potencial de acumulação capitalista cada vez maior dessas empresas são, sem dúvida alguma, fortes empecilhos à democratização. Os resultados deste embate político serão determinantes na definição dos rumos que tomaremos e das características de nossa sociedade nos próximos anos.

NOTAS

(1) Habermas, J. **A Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

(2) cf. Também Tavares, Maria da Conceição, **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Tese de Livre-Docência, Campinas, s. d., "Alcançada esta etapa que significa o passo histórico à auto-determinação do capital, entra-se efetivamente na configuração de um padrão de acumulação especificamente capitalista, apesar de que isso possa significar para os países periféricos um acentuado grau de "subdesenvolvimento" de uma parcela considerável de suas "forças produtivas", uma maior heterogeneidade estrutural do aparelho produtivo e também uma maior "dependência" em termos financeiros, tecnológicos e eventualmente políticos em relação "ao capital internacional", p. 78.

(3) ver Cardoso de Melo, J. M. e Belluzzo, L. C. M., op. cit. pp: 18-21 ver também, Oliveira, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro, 1977, cap. 3, uma outra linha analítica.

(4) A noção de autoritarismo, utilizada por diferentes autores, foi sintetizada, enquanto tipo ideal, por Juan Lins, nos seguintes termos: "Regimes autoritários são sistemas políticos com um pluralismo limitado e não responsável, sem uma ideologia elaborada e dirigente (porém, com mentalidades específicas) sem mobilização política intensiva ou extensiva (exceto alguns pontos de seu desenvolvimento), e nos quais um líder (ou às vezes um pequeno grupo) exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas realmente bem previsíveis". "Um regime autoritário: Espanha", in: Cardoso, Fernando Henrique e Martins, Carlos E. (org.), **Política e Sociedade**, São Paulo, Nacional, 1969.

(5) Cardoso, Fernando Henrique. **O Modelo Político Brasileiro**. São Paulo, Difel, 1973, 2ª ed., p. 68. Isto não significa que a aliança incluísse todos os setores da burguesia ou da classe média, o tempo todo. **"O golpe de 64 deslocou o setor nacional burguês e o grupo estatista desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia"**. Os setores tradicionais das classes médias e os ligados à grande propriedade rural também **"foram progressivamente aliçados das posições de poder dentro do Estado, em benefício dos já referidos grupos modernos."** Ver também, Cardoso, Fernando Henrique, **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

(6) Fundamento-me aqui em Goldenstein, Gisela, **Folhas ao Vento: contribuição para o estudo da Indústria Cultural no Brasil**, tese de doutorado, FFLCH, USP, 1986.

(7) Cf. Cardoso de Mello, J. M. e Belluzzo, L. C. M., "Reflexões sobre a crise atual", op. cit. "A política de estabilização acelerou a queima de capital excedente, produzido pela expansão anterior, criando assim as condições para que se promovesse a centralização necessária para a retomada" (p. 20).

(8) Sobre o processo de trabalho no capitalismo monopolista, ver: Braverman, Harry, **Trabalho e Capital Monopolista**, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

(9) Cf. Tavares, Maria da Conceição, "Distribuição de Renda, Acumulação e Padrões de Industrialização"

(10) Ver Wells, J. R. "Subconsumo, tamanho de mercado e padrões de gastos familiares no Brasil", in: **Estudos CEBRAP 17**, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, jul-ago-set/1975.

(11) C. Cunha, L. A. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**, Rio de Janeiro, F. Alves, 1975, cap. 5.

(12) Ver a análise que Cunha faz do conteúdo de alguns cursos. Em outra linha, esta "solidariedade" é tratada por Miceli, S., em **A Noite da Madrinha**. São Paulo, Perspectiva, 1972.

(13) Ver Arruda, Maria Arminda N. **A Embalagem do Sistema**, São Paulo, Duas Cidades, 1985 e também ver Baran, P. e Sweezy, P. **Capitalismo Monopolista**, trad. port., 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1972 e "Teses sobre a Propaganda" in: Cohn, G. (org.), **Comunicação e Indústria Cultural**, São Paulo, Nacional, 1971.

(14) Ver Arruda, Maria Arminda, op. cit.

(15) Miceli, Sérgio, **Entre no Ar em Belíndia**, Cadernos IFCH, UNICAMP, nº 15, out/1974, quadro IV, p. 33.

(16) Miceli, Sérgio, op. cit., p. 10.

- (17) Miceli, Sérgio. op. cit., p. 8.
- (18) Rene Dreifuss. **1964: A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Estado**. Petrópolis, Vozes, 1981.
- (19) Laurence Hallewel. **O Livro no Brasil**. São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP, 1985.
- (20) Ortiz, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. Brasiliense, 1987, p. 118.
- (21) Sobre a associação da Globo ao Grupo Time-Life e o processo promovido pela CPI do Congresso, ver: Daniel Herz, **A História Secreta da TV-Globo**. Porto Alegre, Tchê, 1987.
- (22) Ortiz, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 117, cita Hallewel, L. **O Livro no Brasil**. São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP, 1985.
- (23) Ortiz, Renato. op. cit., p. 119.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Maria Arminda N. **A Embalagem do Sistema**. São Paulo, Ed. Duas Cidades, 1985.
- BARAN, P. e SWEEZY, P. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- CARDOSO DE MELO, J. M. e BELLUZZO, L. G. M. "Reflexões sobre a crise atual", in: Revista Escrita-Ensaio, Ano I, nº 2, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo, Difel, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O Modelo Político Brasileiro**. São Paulo, Difel, 1973, 2ª ed.
- CUNHA, Luiz A. **Educação e Desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.
- GOLDENSTEINS, Gisela. "Folhas ao Vento: contribuição para o Estado da Indústria Cultural no Brasil", Tese de Doutorado, FFLCH, EDUSP, 1985.

- HABERMAS, Jurgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**. São Paulo, J. A. Queiroz/EDUSP, 1985.
- HERZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo**. Porto Alegre, Tchê, 1987.
- Manual Básico da Escola Superior de Guerra**, Departamento de Estudos, MB-75, ESG, 1975.
- MICELI, Sérgio. **A Noite da Madrinha**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.
- _____ **Entre no Ar em Belíndia: a indústria cultural hoje**. Cadernos IFCH, UNICAMP. outubro/1984.
- ORTIZ, Renato. **Telenovela - História e Produção**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. Brasiliense, 1988.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Tese de Livre-Docência, Campinas, SP.